

ACERVO

O acervo do Museu da Justiça é constituído de processos, livros e periódicos, documentos, fotografias e objetos diversos relacionados com fatos significativos e personalidades de destaque da Justiça do Rio de Janeiro, assim como arquivos sonoros e visuais com depoimentos orais e visuais de magistrados e outras personalidades ligadas à história do Judiciário fluminense.



Processo original do inventário de Rui Barbosa (2ª Vara Cível do Distrito Federal, 1923)

Processos Judiciais

O Museu conta hoje com cerca de 20 mil processos judiciais, de valor temático e valor singular, principalmente do século XIX e início do século XX, envolvendo:

1) demandas cíveis e comerciais de importância na vida social e política do Rio de Janeiro, livros de compra e venda de escravos e inventários de membros da família imperial e outros nobres do Império, de Presidentes da República, tais como Deodoro da Fonseca, Nilo Peçanha e Epitácio Pessoa, e de outras personalidades eminentes, dentre elas Rui Barbosa, Euclides da Cunha e José Lins do Rego.

2) processos criminais, alguns de grande repercussão, como os relativos a Manuel Congo, denunciado como líder de uma insurreição escrava ocorrida em Paty do Alferes em 1838; ao assassinato de Euclides da Cunha; ao atentado a Carlos Lacerda, de que resultou a morte do major Rubens Vaz; e à ação penal impetrada contra Josias Nunes de Oliveira, motorista da Viação Cometa, em decorrência do acidente automobilístico que vitimou o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e seu motorista, Geraldo Ribeiro.

Livros de atos judiciários

São cerca de 1.600, dentre os quais se incluem livros contendo registros de termos de posse de magistrados, atas de sessões, correspondência e relatórios de presidentes de tribunais. Os mais antigos são o primeiro livro de termos de posse dos desembargadores da Relação do Rio de Janeiro (1752) e o primeiro livro de termos de posse dos ministros da Casa da Suplicação do Brasil (1808).

Fotografias

Retratam personalidades da comunidade judiciária, palácios e fóruns do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e atos cerimoniais relacionados com a história da Justiça fluminense.

Vídeo e áudio

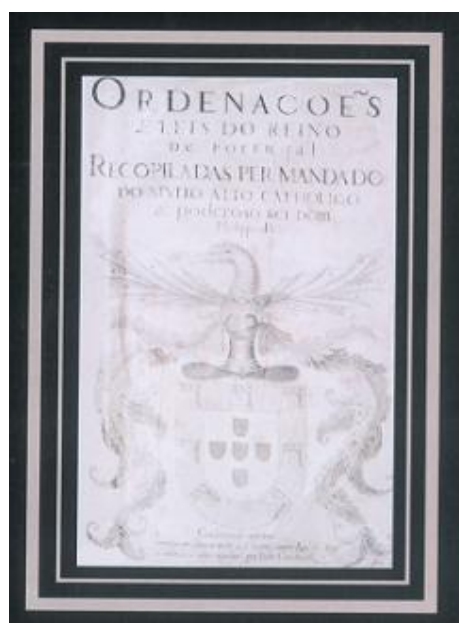
Contêm arquivos sonoros e visuais com depoimentos relacionados à história do Judiciário fluminense.

Plantas arquitetônicas

Palácio da Justiça da Rua Dom Manuel nº 29.

Livros e Periódicos

O acervo bibliográfico do Museu da Justiça é composto de livros e periódicos relacionados com os seguintes temas: história do Direito e da Justiça; história e organização do Judiciário fluminense; legislação histórica; biografias de magistrados e demais operadores do Direito, e de políticos ligados à história do Judiciário fluminense; dicionários históricos e biográficos; obras de magistrados e juristas (literatura jurídica e outros gêneros literários). Nele existem ainda obras raras e especiais, tais como *L'Asía* (relatório de viagem, 1562), Ordenações Filipinas e Repertórios (1603), Constituição Política do Império do Brasil (1824), miniaturas da Constituição da República de 1946 e coleções e obras de grandes operadores do Direito, dentre eles os juristas Oscar Tenório, Pontes de Miranda e Sobral Pinto.



Ordenações Filipinas, consolidações de leis portuguesas promulgadas em 1603, no período da União Ibérica, pelo rei Filipe II de Portugal e III de Espanha

Objetos

Peças de mobiliário, quadros, estátuas, condecorações e vestes talares de magistrados, além de objetos diversos que pertenceram a vultos eminentes do Judiciário e a juristas ilustres, tais como Sobral Pinto,

Roberto Lyra, Pontes de Miranda, Nelson Hungria, Oscar Tenório e José Aguiar Dias. Destaque para os desenhos do Desembargador Deocleciano Martins de Oliveira, magistrado e artista cognominado *O Escultor da Justiça*, autor das estátuas e relevos que ornamentam as fachadas e paredes do Palácio da Justiça.

Documentos Pessoais de Magistrados e Juristas

Diplomas, certidões, carteiras funcionais, atos de nomeação, manuscritos e outros.